

O município frente ao desafio da sociedade sustentável

Daniel Bertoli Gonçalves^[1]

Resumo: O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu com uma alternativa aos problemas sociais e ambientais gerados pelo processo de desenvolvimento econômico capitalista, e hoje está presente nos mais diferentes níveis de discussão e planejamento da sociedade. Este trabalho faz uma análise sobre a evolução deste pensamento, discutindo os principais entraves e desafios colocados para a promoção da sustentabilidade nos municípios, e aponta que o exercício da participação ativa da sociedade civil organizada no processo decisório é fundamental para o alcance desse objetivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Agenda 21 local.

Abstract: The sustainable development concept arose like an alternative to the social and environmental problems originated of the capitalist development process, and today this are present in several levels of planning and discussions of the society. This paper analysis the evolution of this concept, examining the essentials obstacles and challenges showed to the municipal sustainability, and indicate that the active participation of the organized civil society in the decisions process is essential to this objective.

Keywords: Sustainable Development, Public Policies, 21 Agenda.

Introdução

Há algumas décadas o cidadão vislumbrava-se com o progresso técnico que modernizava as empresas, os serviços públicos, a habitação, os meios de transporte, as comunicações, entre tantas transformações que mudariam para sempre sua vida cotidiana. A vida nos municípios foi sendo transformada, as áreas urbanas foram se expandindo, as populações rurais diminuindo, as “áreas verdes” foram sendo substituídas por “áreas cinzentas”, e os problemas sociais modernos foram chegando à beira do caos. O cidadão viu então seu sonho convertido em pesadelo.

Drasticamente, o homem se deu conta que aquele modelo de desenvolvimento que traria prosperidade e riqueza às nações, como discursavam seus defensores, não só ameaçava sua segurança alimentar, em termos de qualidade de produtos, mas também já havia poluído o ar que ela respira, sua água de consumo, higiene e lazer, e alterado inclusive o clima do planeta, sem se falar nas mazelas sociais provocadas nos diversos países por um sistema fundamentalmente concentrador de renda.

Segundo alguns autores como Sachs (1986) e Layrargues (1998), estamos hoje diante de uma crise de desenvolvimento. Um quarto de século de crescimento econômico não bastou para resolver os problemas

sociais dos países ocidentais e muito menos para eliminar a miséria no terceiro mundo. Diante desses entraves foi elaborado o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que desde a década de 1970 vem norteando inúmeras políticas públicas por todo o mundo, a fim de se mudar o quadro até então imposto.

Em 1992, 172 governos reuniram-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Conferência da Terra, celebrada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Os objetivos fundamentais da Conferência eram conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e firmar as bases para uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os governos e os setores da sociedade civil, enfocadas na compreensão das necessidades e os interesses comuns. Desta conferência emerge a Agenda 21, uma espécie de “cartilha aberta”, que propunha planos e metas para todos os níveis de governança, incluindo o local.

A partir de então, milhares de estados e municípios no mundo todo passaram a discutir sua própria Agenda 21 local, implementando uma grande diversidade de modificações em sua legislação local, como no caso dos Planos Diretores, que buscam nortear a estratégia de desenvolvimento nos municípios.

A partir de uma série de entrevistas com diversos atores sociais de alguns municípios do interior do Estado de São Paulo, este trabalho procura discutir a eficácia e a abrangência dessas ações locais para o objetivo comum do desenvolvimento sustentável em suas três esferas: social, econômica e ambiental.

Uma sociedade em crise

Nos últimos tempos, a humanidade tem atravessado um período de grandes dilemas, frustrações e desafios. A globalização das economias, como marco mais recente de um grande movimento de ocidentalização dos padrões de consumo e cultura do mundo, que vem se expandindo desde o pós-guerra, trouxe consigo também uma grande crise econômica, ecológica, social e cultural, que aos poucos foi se alastrando como uma grande epidemia por todos os países, com efeitos acentuados sobre os menos desenvolvidos.

O século XX foi marcado pelo apogeu e pela falência de um “modelo de desenvolvimento” que traria prosperidade aos países menos ricos. Após a II Grande Guerra, o cenário mundial se dividiu entre os dois sistemas concorrentes, onde as ordens de Yalta e Bretton Woods, da Otan e o Pacto de Varsóvia conferiam um ordenamento bipolar ao conjunto dos Estados, que também pautava suas relações econômicas. Enquanto no Ocidente os EUA eram hegemônicos na luta contra o então comunismo, e a União Soviética dominava o campo socialista, o Terceiro mundo ainda era o Terceiro mundo, esperançoso de poder construir em seus Estados a autonomia das sociedades modernas por meio da industrialização, e sustentar a independência nacional graças a uma política de não alinhamento em relação aos dois grandes blocos de poder do Ocidente e do Leste. (ALTVATER, 1995).

Durante os anos 70, na Ásia, na África e na América Latina iniciava-se uma renovada iniciativa de recuperação

do atraso da industrialização, desta vez financiada em grande estilo por créditos privados do exterior. Um desenvolvimento das economias nacionais orientado à exportação e aberto ao mercado financeiro mundial, e não mais a uma substituição de importações como na década de 1930.

O resultado disso foi que de 1970 a 1980, as dívidas externas da América Latina cresceram de 16 a 130 bilhões de dólares, as da África Setentrional e do Oriente Próximo de 4 para 56 bilhões, as da África ao sul do Saara de 5 para 41 bilhões, as da Europa Oriental de 3 para 47 bilhões, do Sudeste Asiático de 11 para 32 bilhões, e na Ásia Oriental e do Pacífico, de 6 para 51 bilhões de dólares, segundo dados do Banco Mundial.

Entre os anos de 1980 e 1990, graças aos serviços da dívida contraída, a dívida dos latino-americanos chega a 319 bilhões de dólares, a dos africanos ao Sul do Saara a 139 bilhões, a dos africanos do Norte a 118 bilhões, a dos sudoeste-asiáticos a 100 bilhões, os da Ásia Oriental e do Pacífico, 164 bilhões, e os europeus do Leste a 140 bilhões. Este círculo vicioso de dívidas, serviço da dívida e queda de preços destruiu as expectativas de desenvolvimento na maioria dos países que não conseguiram mudar a tempo a sua exportação para oferta de produtos industrializados e, assim, aproveitar o crescimento (relativo) dos preços dos bens industrializados e a queda dos preços dos insumos de matérias-primas. (ALTVATER, 1995).

Ao mesmo tempo em que a crise financeira se instaurava no Terceiro Mundo, e os países desenvolvidos distanciavam-se cada vez mais de seus “perseguidores”, as tentativas de desenvolvimento experimentadas nos países periféricos também frustravam as expectativas sociais da construção de sociedades mais ricas, igualitárias e soberanas.

Além da crise do padrão de acumulação dependente latino-americano, evidente com a crise do modelo nacional-desenvolvimentista, podemos visualizar uma crise econômica capitalista que atravessa a segunda metade do século XX como resultado da queda das taxas de lucro que se começa a verificar nos anos 1960, e que se traduz nas taxas baixas de investimento, poupança e crescimento.

Um olhar atual sobre o sistema de dominação e a estrutura de poder global, revela-nos uma ordem internacional marcada pelas divergências, privilégios e desigualdades, onde coexiste a fome e a miséria, por um lado; e o bem-estar e a opulência, por outro. Nesse mundo caótico, a reprodução ampliada do capital universalizou-se, influenciando economias em todo o mundo através de uma rede complexa de transações globais. Inerente a esta ordem mundial, persiste uma ideologia do mercado, da globalização, do domínio da economia mundial pelos países desenvolvidos que monopolizam a tecnologia e as finanças. (SILVA, 2000)

Para Estenssoro (2003), além de não possuir um mínimo de equidade econômico-social, o sistema capitalista reproduz a miséria já existente (situação de pobreza e indigência) e cria mais precariedade nos empregos e mais desemprego entre os trabalhadores (processo de exclusão social), conformando simultaneamente um “lumpemproletariado planetário” ao lado de um exército industrial de reserva superexplorado e globalizado. O exército de reserva é classicamente associado ao funcionamento econômico do sistema capitalista. Para o autor, o lumpemproletariado constitui-se também num produto do sistema capitalista, enquanto população

economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída dos seus direitos básicos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2003, das Nações Unidas, revela que ao ritmo atual, o mundo só conseguirá atingir duas das oito Metas do Milênio: cortar pela metade a pobreza medida pela renda (a proporção de pobres vivendo com menos de US PPP \$/dia no planeta caiu de 30% para 23% entre 1990 e 1999) e diminuir em 50% o número daqueles que ainda não têm acesso a água potável. Mesmo essas Metas só devem ser alcançadas graças aos progressos em apenas dois países: China e Índia. Se tudo seguir no mesmo passo, a meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que passam fome só será atingida pelo mundo entre 2020 e 2050, com regiões mais críticas, como o sul da Ásia e a África sub-saariana, onde isso só deverá acontecer daqui a um século. Previsão semelhante vale para a Meta de reduzir em dois terços a mortalidade infantil. Ainda em situação pior, a Meta de que todas as crianças até 14 anos estejam matriculadas na escola só seria atingida pela média mundial após 2050. Além disso, mesmo em países onde o desenvolvimento médio tem sido promissor, persistem as desigualdades como profundos bolsões de pobreza, analfabetismo e doença - especialmente nas áreas rurais e entre grupos populacionais específicos, como mulheres e minorias étnicas.

Para Leonardi (2003), o avanço do capitalismo em âmbito mundial tem trazido alterações profundas para os Estados, sociedades, grupos, classes e indivíduos. Com a globalização, o Estado do Bem-Estar Social não é mais predominante, perdeu hegemonia para o neoliberalismo, assim como também se enfraqueceram as economias nacionais. Todavia, esse movimento de homogeneização não tem sido capaz de eliminar as desigualdades sociais; ao contrário, grandes contingentes populacionais têm ficado à margem dos benefícios da globalização, sendo que as contradições, tensões e desigualdades continuaram, ou até incrementaram, sob novas formas.

A crise ecológica, portanto, é apenas uma das facetas de uma crise mais geral da sociedade industrial, englobando a crise social, econômica, político-ideológica e moral. Uma crise que não atinge apenas os países mais pobres, como também as nações industriais avançadas, crescentemente dilaceradas por uma polarização social, econômica e política que parece indicar uma exaustão histórica desse modelo de desenvolvimento.

Para Stahel (2003), os desequilíbrios sociais e econômicos decorrentes dessa crise se refletem em níveis crescentes de desemprego e de marginalização social, nas disputas violentas entre diferentes grupos étnicos e raciais, na desagregação e no desenraizamento social, na concentração do poder econômico, enfim: nos resultados de um sistema orientado pelas necessidades da produção em detrimento das necessidades do produtor-cidadão. Desequilíbrios que se manifestam em nível cultural por um rompimento na certeza positivista de progresso que orientou e acompanhou os fins capitalistas até agora, levando a um crescente questionamento do modelo dominante de desenvolvimento.

Vivemos hoje em uma sociedade capitalista de mercado, e é importante lembrar que na base de funcionamento do capitalismo, como demonstrou Marx há mais de um século, está o capital, entidade que só tem existência

como processo ou movimento, naquilo que ele chamou de circuito do capital (D-M-D'). A base de funcionamento do capitalismo como um todo está assim dada pela busca de expansão do capital, que é inerente ao próprio capitalismo, obtida na produção de mercadorias, cujo valor de troca suplante o despendido na produção. Trata-se de um objetivo puramente quantitativo, sancionado pela unidimensionalidade do mercado.

O mercado, calcado em um critério monetário, quantitativo e unidimensional, direciona e sanciona os desenvolvimentos compatíveis com a lógica de acumulação e de expansão capitalista. A eficiência produtiva, mesmo que à custa de uma ineficiência social ou de uma ineficiência ambiental (as externalidades negativas para os economistas), é uma necessidade de sobrevivência no quadro de um capitalismo de mercado.

Dessa forma, enquanto que em outras sociedades o próprio crescimento econômico e tecnológico estava sujeito a um controle político da sociedade, no capitalismo tal desenvolvimento pode buscar a sua livre expansão no mercado, dirigido e sancionado pela concorrência econômica. Do controle qualitativo, passamos à primazia do quantitativo. (STAHEL, 2003).

Segundo o mesmo autor, uma das maiores fundamentações ideológicas desse sistema vem de Adam Smith, o fundador da Economia Política Inglesa, particularmente da doutrina dos benefícios coletivos decorrentes das ações egoisticamente motivadas dos diferentes agentes individuais, dirigidas e sancionadas pela "mão invisível" do livre mercado. Enquanto no início, tal doutrina servia para legitimar o capitalismo que se consolidava frente ao sistema feudal, hoje ela ainda constitui a pedra angular de todo o liberalismo econômico, que vê nos mecanismos de mercado um eficiente instrumento de sanção social e a melhor forma de dirigir-se o desenvolvimento econômico e social.

De acordo com Rohde (2003), o findar do século XX assistiu ao definhamento do paradigma cartesiano-newtoniano, substituído por uma visão de mundo integradora, cística, conjuntiva e holística. O mundo mecanicista-euclidiano é hoje uma metáfora de museu, uma ideologia que só se sustenta pela força gerada pela tecnociência instrumentalizadora, utilizada pelos detentores do poder político.

Fatores como o crescimento populacional humano exponencial, a depleção da base de recursos naturais, a existência de sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética, a predominância de um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material, o crescimento contínuo e permanente em um planeta finito, a acumulação, cada vez mais rápida, de materiais, energia e riqueza, entre tantos outros problemas decorrentes do dogma fundamental da teoria econômica vigente, tornam a civilização contemporânea absolutamente insustentável a médio e longo prazo.

Segundo Morin (1994), "como fundamento da idéia mestra de desenvolvimento, encontra-se o grande paradigma ocidental do progresso: O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento". Trata-se de uma crença arraigada, segundo a qual o desenvolvimento sócio-econômico, mantido pelo avanço da ciência e da tecnologia, é capaz de garantir por si mesmo o desabrochamento e

progresso das potencialidades humanas, da liberdade e dos poderes do homem.

De acordo com Stahel (2003), com a sociedade capitalista, pela primeira vez nos deparamos com uma sociedade calcada não na busca da estabilidade, mas sim na busca constante da mudança, da instabilidade. Do eterno retorno do mesmo, passamos ao progresso. Do tempo circular, passamos ao tempo evolutivo. Certamente as sociedades tradicionais passaram por mudanças e evoluções, mas em um ritmo compatível com os equilíbrios do sistema biosférico como um todo, baseadas na busca da estabilidade, diferentemente do capitalismo para o qual a aceleração da mudança, bem como das inovações constantes é, além de inerente, um dos aspectos essenciais da própria lógica do capital.

Segundo Cavalcanti (2003), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Tal conceito equivale à idéia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo.

Para o autor, o tipo de desenvolvimento que o mundo experimentou nos últimos duzentos anos, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, é insustentável. O desenvolvimento econômico não representa mais uma opção aberta, com possibilidades amplas para o mundo. A aceitação da idéia de desenvolvimento sustentável indica que se fixou voluntariamente um limite para o progresso material, e a defesa da idéia de crescimento constante não passa de uma filosofia do impossível. Entretanto, adotar a noção de desenvolvimento sustentável corresponde a seguir uma prescrição de política. O dever da ciência é explicar como, de que forma, ela pode ser alcançada, quais são os caminhos para a sustentabilidade.

O despertar para um novo mundo

Quando em 1962, a pesquisadora Rachel Carson publicou seu Livro “Silent Spring” (Primavera Silenciosa), denunciando alguns dos males que o uso de pesticidas nas lavouras estava provocando, o homem moderno estremeceu-se, pois a base de sua sobrevivência, o alimento, passava então a representar riscos a sua saúde.

Drasticamente, o homem se deu conta que aquele modelo teórico de desenvolvimento que traria prosperidade e riqueza às nações, como discursavam seus defensores, na prática não só estava ameaçando sua segurança alimentar, em termos de qualidade de produtos, mas também já havia poluído o ar que ela respira, sua água de consumo, higiene e lazer, e alterado inclusive o clima do planeta, sem se falar nas mazelas sociais provocadas nos diversos países por um sistema fundamentalmente concentrador de renda. Enfim, sua qualidade de vida estava ameaçada, e isso não estava nos planos do desenvolvimento, algo importante havia sido ignorado no passado, e agora mostrava seus resultados.

Segundo um renomado cientista norte-americano, se uma nave extraterrena invadisse o espaço aéreo terrestre, com certeza, seus tripulantes diriam que neste planeta não habita uma civilização inteligente tamanho é o grau de destruição dos recursos naturais.

Para o ambientalista Afrânio Primo, o que chamamos orgulhosamente de civilização nada mais é do que uma verdadeira agressão às coisas naturais. Grosso modo, tal civilização significa a devastação das florestas, a poluição dos rios, o envenenamento das terras e a deterioração da qualidade do ar. O que chamamos de progresso não passa de uma degradação deliberada e sistemática que o homem vem promovendo há muito, uma autêntica guerra contra a natureza. Esta é a herança que recebemos de uma visão antropocêntrica, que colocou o homem como o rei da Terra e ignorou que todas as espécies são igualmente importantes no trabalho de manutenção da teia da vida.

O ano de 1968, segundo Camargo (2003), foi o primeiro sinal de grave descontentamento popular com o modelo de capitalismo industrial no final do seu ciclo, com a eclosão do protesto estudantil em cadeia, iniciado em Paris, em maio de 1968, passando por Berkeley, Berlim e Rio de Janeiro.

Aquele primeiro surto de globalização dos movimentos sociais, segundo a autora, apontava para mudanças radicais que iriam se estender a vastos domínios, influenciando não apenas a economia e a sociedade como também o próprio modelo civilizatório, com seus usos e costumes. A falsa idéia de uma evolução sem limites e a ingênua crença na continuidade do progresso, se constituíam no inimigo comum de todas as frentes, e a grande questão que se levantava era: Para onde vamos?

Em meio aos movimentos estudantis e hippies dos anos 60, emerge o novo ambientalismo, com objetivos e demandas bem definidos e consciente da dimensão política dos mesmos, chamando a atenção para as conseqüências devastadoras que um desenvolvimento sem limites estava provocando.

Rompendo as muralhas da cidadela econômica, o ecologismo passa a questionar a racionalidade econômica em termos de seus próprios critérios. Mais concretamente, o novo debate evidencia que, frente aos diversos impasses e problemas que o desenvolvimento industrial coloca, a solução ou superação dos mesmos pode exigir não uma nova arrancada, mas a adoção de medidas restritivas ao aumento da produção econômica, o que coloca a idéia de racionalidade ecológica como o princípio balizador e limitante da racionalidade econômica e do próprio desenvolvimento.

O Clube de Roma, entidade formada por intelectuais e empresários, que não eram militantes ecologistas, foi uma iniciativa que surgiu das discussões a respeito da preservação dos recursos naturais do planeta Terra. Ele produziu os primeiros estudos científicos a respeito da preservação ambiental, que foram apresentados entre 1972 e 1974, e que relacionavam quatro grandes questões que deveriam ser solucionadas para que se alcançasse a sustentabilidade: controle do crescimento populacional, controle do crescimento industrial, insuficiência da produção de alimentos, e o esgotamento dos recursos naturais.

Após a publicação da obra “Os Limites do Crescimento”, pelo Clube de Roma em 1972, este conceito toma um grande impulso no debate mundial, atingindo o ponto culminante na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, naquele mesmo ano.

A partir daí, desenvolvimento e meio ambiente passam a fundir-se no conceito de ecodesenvolvimento, que no início dos anos 80 foi suplantado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, passando a ser adotado como expressão oficial nos documentos da ONU, UICN e WWF.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, na Noruega, elaborou um documento denominado “Nosso Futuro Comum” também conhecido como Relatório Brundtland, onde os governos signatários se comprometiam a promover o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a preservação ambiental.

Nesse relatório foi elaborada uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”.

Este documento chamou a atenção do mundo sobre a necessidade urgente de encontrar formas de desenvolvimento econômico que se sustentassem, sem a redução dramática dos recursos naturais nem com danos ao meio ambiente. Definiu também, três princípios essenciais a serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, sendo que para cumprir estas condições, seriam indispensáveis mudanças tecnológicas e sociais. Este relatório foi definitivo na decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas, para convocar a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, dada a necessidade de redefinir o conceito de desenvolvimento, para que o desenvolvimento sócio-econômico fosse incluído e assim a deterioração do meio ambiente fosse detida. Esta nova definição poderia surgir somente com uma aliança entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Tanto o Relatório Brundtland quanto os demais documentos produzidos pelo Clube de Roma, sobre o Desenvolvimento Sustentável, foram fortemente criticados porque creditaram a situação de insustentabilidade do planeta, principalmente, à condição de descontrole da população e à miséria dos países do Terceiro Mundo, efetuando uma crítica muito branda à poluição ocasionada durante os últimos séculos pelos países do Primeiro Mundo.

Segundo Castro (1996), o repto imposto pelo novo ambientalismo ao desenvolvimento foi o prelúdio de um questionamento ainda mais radical: o da nova questão social, amadurecida no final dos anos 80.

A dimensão de sustentabilidade social inerente ao conceito, não diz respeito apenas ao estabelecimento de limites ou restrições à persistência do desenvolvimento, mas implica na ultrapassagem do econômico: não pela rejeição da eficiência econômica e nem pela abdicação do crescimento econômico, mas pela colocação dos mesmos a serviço de um novo projeto societário, onde a finalidade social esteja “justificada pelo postulado ético de solidariedade intrageracional e de equidade, materializada em um contrato social”. (SACHS, 1995, p.26). É esta a abordagem de desenvolvimento social que adotamos neste trabalho.

De acordo com Castro (1996), esse novo paradigma conhecido como desenvolvimento sustentável surge através de um esforço de reconceptualização do conceito de desenvolvimento, abalado pela crise ambiental e social.

A teoria do desenvolvimento sustentável, ou codesenvolvimento, parte do ponto em que a maior parte das teorias que procuraram desvendar os mistérios sociais e econômicos das últimas décadas não obteve sucesso. O modelo de industrialização tardia ou modernização, que ocupou o cerne de diversas teorias nos anos 60 e 70, é capaz de modernizar alguns setores da economia, mas incapaz de oferecer um desenvolvimento equilibrado para uma sociedade inteira. De acordo com Brüseke (2003), a modernização, não acompanhada da intervenção do Estado racional e das correções partindo da sociedade civil, desestrutura a composição social, a economia territorial, e seu contexto ecológico. Emerge daí a necessidade de uma perspectiva multidimensional, que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo, como busca fazer a teoria do desenvolvimento sustentável.

Para o autor, o conceito desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.

De acordo com Bezerra e Bursztyn (2000), a sustentabilidade emerge da crise de esgotamento das concepções de desenvolvimento, enquadradas nas lógicas da racionalidade econômica liberal. Uma racionalidade eufórica associada ao movimento incessante para frente da razão, da ciência, da técnica, da indústria e do consumo, na qual o desenvolvimento – uma aspiração imanente da humanidade – expurgou de si tudo o que o contraria, excluindo de si a existência das regressões que negam as conseqüências positivas do desenvolvimento.

Em 1992, 172 governos reuniram-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Conferência da Terra, celebrada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Os objetivos fundamentais da Conferência eram conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e firmar as bases para uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os governos e os setores da sociedade civil, enfocadas na compreensão das necessidades e os interesses comuns.

Nesta Conferência, os representantes dos governos, incluindo 108 chefes de Estado e de Governo, aprovaram três acordos que deveriam erigir a Agenda 21^[2], a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que define os direitos e as obrigações dos estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e desenvolvimento.

A Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) organizou para dez anos depois da Conferência do Rio a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável 2002 em Johannesburgo, África do Sul. Essa conferência reuniu chefes de Estado e de Governo, organizações não-governamentais e empresários, que revisaram e avaliaram o progresso do estabelecimento da Agenda 21, um plano de ação

mundial para promover o desenvolvimento sustentável a uma escala local, nacional, regional e internacional. A meta geral da Conferência foi revigorar o compromisso mundial a fim de um desenvolvimento sustentável e a cooperação Norte-Sul, além de elevar a solidariedade internacional para a execução acelerada da Agenda 21. Um dos êxitos desta reunião foi o estabelecimento da necessidade de se criarem metas regionais e nacionais para o uso da energia renovável.

Segundo um documento do Ministério do Meio Ambiente, coordenado por Bezerra e Bursztyn (2000), que trata do tema “Ciência e Tecnologia” para a Agenda 21 brasileira^[3], o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, balizado por políticas públicas orientadas por um plano nacional de desenvolvimento inter-regionalizado e intraregionalmente endógeno. As políticas de desenvolvimento são processos de políticas públicas de Estados nacionais. Os estilos de desenvolvimento estão sustentados por políticas de Estado que, por sua vez, respaldam padrões de articulação muito determinados dos diversos segmentos sociais e econômicos com os recursos disponíveis na natureza.

O Estado brasileiro tem lugar nuclear na promoção e na regulamentação de políticas nacionais de desenvolvimento sustentável. Notadamente, na coordenação dos conflitos sociais implicados nas divergências de interesses e lógicas de desenvolvimento, entre a pluralidade de atores sociais presentes na sociedade nacional e transnacional. O gerenciamento das escolhas tecnológicas atreladas aos processos produtivos é essencialmente um problema de política pública de ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável .

Para os autores, podemos conceber o desenvolvimento sustentável como uma proposta que tem em seu horizonte uma modernidade ética, e não apenas uma modernidade técnica (BUARQUE, 1994), pois a proposta do desenvolvimento sustentável implica incorporar o compromisso com a perenização da vida ao horizonte da intervenção transformadora do ‘mundo da necessidade’.

Se a modernidade técnica faz dos meios fins em si, a modernidade ética do ‘princípio sustentabilidade’ recoloca os fins como referência primordial, num quadro complexo de múltiplas dimensões (econômica, ambiental, social, política, cultural, institucional, etc.).

Segundo o professor Ignacy Sachs, O desenvolvimento no século XXI será um desenvolvimento negociado, pactuado entre os principais atores do processo, e os principais atores do processo; "stake holders" em inglês; são quatro: os trabalhadores, os empresários, o Estado e a sociedade civil organizada. Não é mais uma negociação tripartite, como aquela que está na base da OIT, e sim uma negociação quadripartite.

Finalmente, é preciso reconhecer, como argumenta Ramos (2003), que não seria exatamente o desenvolvimento em si insustentável, mas sim o nosso modo de vida, e este é muito mais difícil de mudar, pois implica, como discutimos, aperfeiçoamento individual e coletivo, simultaneamente. Segundo o autor, parece não haver saída: ou acreditamos que o ser humano, tal como é, pode construir um mundo melhor para si, para seus semelhantes, no presente e no futuro, ou cabe reconhecer o fracasso de nossa existência, e admitir que a busca de um desenvolvimento sustentável seja ilusória, apenas uma forma de adiar o inevitável fim.

No entanto, conclui o autor, se aquela crença se justifica, trata-se de iniciar um aprendizado individual e coletivo que nos leve a outras formas de manifestação concreta de nossa natureza e que possibilite uma perspectiva de mudança em nosso modo de viver.

Uma sociedade sustentável a partir do território

É justamente direcionando o foco para essa “perspectiva de mudança em nosso modo de viver”, que encontramos no território o lugar onde a sustentabilidade se fundamenta. Ao contrário do que prega o discurso economicista do crescimento sustentável, que induz nas culturas locais um pensamento global e único sobre “nosso futuro comum”, o desafio da sustentabilidade é pensar as singularidades locais e construir uma racionalidade capaz de integrar diferenças, assumindo sua icomensurabilidade, sua relatividade e sua incerteza (LEFF, 2003).

É, portanto, a partir do local, que na prática seremos capazes de tornar o nosso modo de vida mais sustentável. É no “local” que o desenvolvimento sustentável deixa de ser um mito, rompe o embate teórico do campo das idéias, e se transforma em uma proposta factível.

A economia, enquanto disciplina, tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial^[4] ou espacial. Desta forma, o espaço outrora concebido como um recurso propício à distribuição dos móveis, isto é, capital e trabalho, e dos recursos fixos como os naturais, passou a ser analisado pela sua potencialidade. Esta potencialidade foi aferida na capacidade de organizar processos relacionados à estruturação produtiva, passando de agente passivo receptor para agente ativo estruturante, dando um novo sentido à perspectiva econômica.

O território é o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e mobilizar potenciais ambientais em projetos auto-gerenciáveis, criados a fim de satisfazer necessidades, aspirações e desejos dos povos, os quais a globalização econômica não consegue cumprir. O território é o lócus das demandas e dos protestos das pessoas para reconstruir seus modos de vida. Em nível local, é onde se formam as identidades culturais, onde se expressam como valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para reapropriação da natureza. Se a economia global constrói o espaço onde as sinergias negativas da degradação sócio-ambiental evidenciam os limites do crescimento, no espaço local surgem as sinergias positivas da racionalidade ambiental e de um novo paradigma de produtividade ecotecnológica. (LEFF, 2003)

De acordo com Blume e Schneider (2003), o uso do território como conceito analítico possibilita um “olhar” diferenciado para quem o produz e o consome como produto, mas cabe ressaltar que esta eficiência no “olhar” resguarda em seu cerne, isto no conceito, restrições ao seu uso. Portanto, é imprescindível valorizar duas questões básicas que perpassam a compreensão para um uso adequado do conceito território. A noção de

escala espacial e do Poder, pois sem estas, o território passa a ser somente uma extensão qualquer de terra sem significado analítico.

Segundo o mesmo autor, o território pode ser visto segundo duas concepções distintas: a política e a simbólica. A perspectiva política perspassou os limites do conceito de Estado/Nação, e atualmente privilegia a relação dominação/apropriação através da relação espaço e Poder. Ele é definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Já a perspectiva simbólica valoriza a identidade territorial, o vivido, onde os grupos sociais se identificam e relacionam com um algo a mais, um passado afetivo mantido pelas representações culturais.

Para Haesbaert (2002), citado pelo autor, pode-se sintetizar as duas concepções, afirmando “que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Portanto, conclui o autor, através destas considerações torna-se relevante colocar que o território constitui-se em um conceito analítico essencial para se compreender parte das ações e relações sociais estabelecidas sobre o espaço. O seu espectro analítico é amplo na busca de uma totalidade das relações. Assim, estas podem ser contextualizadas, para além de uma compreensão político-econômico, como também para as relações sociais, culturais e simbólicas, contemplando desde aspectos históricos a perspectivas ambientais, para relacionar esta totalidade.

O desenvolvimento local, que também pode ser entendido como desenvolvimento endógeno, territorial, auto-centrado ou desenvolvimento “por baixo”, segundo Benko (1996), é um paradigma novo de desenvolvimento mais do que uma teoria do desenvolvimento da região, que se opôs ao desenvolvimento “por cima”, ou seja, aquele dirigido pelo poder central que busca desenvolver os espaços dados orientando fluxos de investimento, tentando criar pólos de crescimento pelo controle dos fluxos.

O desenvolvimento local, segundo o mesmo autor, é antes de tudo a flexibilização opondo-se a rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias opondo-se as estratégias centralizadas de manejo do território. Para que ele ocorra são necessárias estratégias de financiamento e de formação para a política de desenvolvimento local, e passa pela descentralização dos níveis de decisão política, econômica e financeira.

Nos processos de desenvolvimento endógeno, de acordo com Barqueiro (1999), se identificam pelo menos três dimensões: uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção, que permite aos empresários locais utilizar eficazmente os fatores produtivos; outro sociocultural, em que os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais formando uma rede de relações que incorporam os valores da sociedade; e outra política, que é direcionada pelas iniciativas locais e que permite criar um entorno local que

estimule a produção e favoreça o desenvolvimento sustentável.

De acordo com Vecchiatti (2003), em um estudo sobre o desenvolvimento territorial rural, um dos grandes desafios para os países menos desenvolvidos, onde é primordial a redução da pobreza e da desigualdade social, é induzir a transformação institucional. O desenvolvimento institucional tem o propósito de estimular e facilitar a concertação dos atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes e incentivar oportunidades para que a população participe do processo de desenvolvimento e de seus benefícios.

Para que isso ocorra, é preciso que o enfoque adotado valorize as articulações, sinergias e interações intra e inter-territoriais. Longe de ser uma tarefa simples e fácil de cumprir, a melhoria da capacidade de gestão dos governos subnacionais pode ser impulsionada quando houver maior articulação entre setores da economia, atores sociais e governamentais, e entre municípios.

Trata-se, portanto, de pensar o desenvolvimento sustentável em termos de interações sociais, que se dão em um determinado local, com propostas e ações locais, que por sua vez devem ser eficientes no ato de condicionar a atividade humana local, produtiva ou não, a uma espécie de “regras de boa conduta”, como já vem sendo feito em muitas localidades.

As interações em sistemas sociais se dão pelas relações que se estabelecem entre as pessoas e suas instituições, tanto formais, como leis, regras de uma empresa ou regras do sistema monetário, quanto informais, como regras de conduta, valores e comportamentos, constrangimentos sociais, etc. Ao valorizar e promover a diversidade, a economia e os sistemas humanos se comportam como uma dinâmica em rede onde os diversos fatores estão interligados num todo orgânico através de relações muitas vezes bastante sutis. (VECCHIATTI, 2003).

Qualquer território dinâmico precisa oferecer, além de uma mistura de usos, a possibilidade de interação entre as pessoas, e oportunidades para diferentes empreendedores. Importante também é a promoção da interação dos moradores com a própria localidade que habitam, de certa forma por meio de sua valorização. A identidade cultural das regiões é uma condição básica para que nos municípios, tanto a classe política como a sociedade civil, se identifiquem naquela entidade espacial, reconhecendo-a como um fato cultural, anterior aos fatos administrativos e políticos.

O desenvolvimento é um processo aberto que cria complexidade e diversidade, porque múltiplas generalidades são fontes de múltiplas diversificações; algumas ocorrendo simultaneamente, em paralelo, outras em seqüência. O desenvolvimento opera como uma rede de co-desenvolvimentos interdependentes, e sem essa rede, não há desenvolvimento. (JACOBS, 2001).

De acordo com Fleischfresser (1999), novos padrões de planejamento estão emergindo a partir das exigências atuais relacionadas com a superação dos entraves ao desenvolvimento de determinadas regiões ou territórios, cujas vantagens são as possibilidades de descentralizar ações e de contar com a participação de grande

número de agentes locais, criando assim, um ambiente institucional inovador e um entorno territorial favorável ao desenvolvimento das potencialidades regionais.

A própria Agenda 21, um dos mais importantes documentos resultantes da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, já reconhecia que o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente só seriam viáveis com o apoio das comunidades locais. Por isso, recomendava que se iniciasse o processo de construção das Agendas 21 locais. (NOVAES, 2003).

O desafio para os municípios

Um exemplo interessante sobre a discussão do desenvolvimento sustentável por sociedades locais vem ocorrendo com a gestão dos recursos hídricos nos municípios brasileiros, que atualmente são reunidos e organizados em Bacias Hidrográficas.

De acordo com Ortega (1998), foi a partir da Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997, que a Bacia Hidrográfica passou a ser pensada como uma forma de governança alternativa, um espaço de formulação e gestão de políticas públicas, onde a participação dos diferentes atores envolvidos é à base de seu funcionamento.

De acordo com a CEPAL, o modelo de gestão de Bacias Hidrográficas na América Latina data de fins dos anos 40, onde eram tidas como espaços para aplicação de grandes projetos de engenharia hidráulica. Este modelo recebeu uma grande influência do "Tennessee Valley Authority", entidade criada nos EUA em 1933, com o objetivo de tratar as bacias como unidades de planejamento. (COMISSIÓN, 1994)

Este conceito difundiu-se pelo mundo todo, influenciando inúmeros projetos de desenvolvimento. No México, por exemplo, houve várias ações de desenvolvimento regional realizadas por bacias entre 1947 e 1960; no Brasil, através da Comissão do Vale do Rio São Francisco, em 1948, foram criadas a hidrelétrica de São Francisco e a represa de Três Marias; na França, foram criadas as Agências de Bacias em 1964, que eram responsáveis pela administração dos recursos hídricos regionais, e que foram incorporando as questões ambientais até que em 1992, através da "Lei das águas", passaram a coordenar as entidades mais importantes na aplicação e controle das normas ambientais do país.

A Bacia Hidrográfica paulista do rio Mogi-Guaçu, a título de exemplo, tem em funcionamento um comitê voltado primordialmente para a preservação da Bacia, mas que também incorpora em seu discurso a questão do fomento ao desenvolvimento sustentável. Este comitê atua como um campo organizacional, no qual os atores sociais individuais e coletivos, impactados e dependentes da Bacia, expressam seus anseios para o território, na medida em que sua composição é tripartite (Governo Estadual, Prefeituras e Sociedade Civil). Isto significa que nele estão representados o governo do Estado, as principais empresas, a sociedade civil e as universidades. (ALVES *et al.*, 2000)

Um dos mais importantes instrumentos de discussão e implementação de políticas públicas criados com os comitês de Bacia Hidrográfica foi o “Plano de Bacia”, um planejamento plurianual democrático da alocação de recursos (basicamente do FEHIDRO) nos municípios participantes.

O plano de bacia é um processo político, de base técnica, voltado para a ação.

Em seu processo de elaboração destacam-se três momentos interdependentes: a definição dos objetivos, o conjunto de ações estratégicas e situacionais necessárias, e a viabilidade financeira. Ao contrário do que ocorria nas décadas de 70 e 80, quando os planos de bacia eram impostos a todos por órgãos de governo, hoje precisa ser realizado através de planejamento estratégico. Os atores sociais hoje interagem com a sociedade, e o plano de bacia é o resultado dessa discussão.

Foi acompanhando o processo de construção do “Plano” na Bacia do rio Mogi-Guaçú, em 2002, que pudemos constatar como o desenvolvimento sustentável começa a ser negociado dentro de alguns municípios. Neste processo, uma comissão formada por representantes de órgãos técnicos, cientistas e administradores públicos, organizou um processo de consulta pública, através de uma série de reuniões onde os representantes dos municípios apresentavam suas propostas e projetos, uns para os outros em grupos temáticos, e debatia-se quais as prioridades que seriam elencadas. Como os recursos eram limitados, apenas uma parte dos projetos seriam aprovados, o que tornou o debate muito interessante, em razão do preparo dos debatedores.

Dentre os atores sociais que participaram das reuniões, figuravam prefeitos, secretários municipais, técnicos, professores, representantes de empresas, de associações de moradores, de associações de agricultores, de comerciantes, da Polícia Ambiental, de ONG's, entre outros. Os projetos que ali angariavam recursos eram diversos, como replantio de árvores, educação ambiental, tratamento de esgoto, tratamento de lixo, coleta seletiva, mas as discussões iam além desses temas, o que nos mostra que a sociedade está realmente interessada e se engajando cada vez mais na discussão do desenvolvimento sustentável.

No entanto, foi possível notar através dessas reuniões, que apesar do convite ter sido estendido a todos os municípios daquela Bacia, apenas aqueles que estavam mais organizados internamente e que apresentavam projetos em maior número e qualidade acabavam sendo privilegiados. Esse fato nos deixa como lição que não basta apenas que os indivíduos se interessem pelo tema, é preciso que eles se organizem dentro de seus municípios, se engajem nas discussões, redescubram seu bairro, sua cidade, identifiquem os problemas, construam projetos, e busquem sua realização, pois só assim eles passam de indivíduos a atores sociais, que hoje são de grande importância para o desenvolvimento sustentável local.

Os Planos Diretores municipais são um importante instrumento para o planejamento estratégico do desenvolvimento dos municípios, no entanto, na grande maioria dos municípios estes planos foram ou são realizados sem uma discussão democrática e participativa com os atores sociais, de forma unilateral, sem que contemple os anseios e perspectivas das comunidades locais.

Na maioria dos casos, segundo relatos de atores sociais de diversos municípios paulistas, os planos, quando

existem, são simplesmente direcionados para o planejamento viário do município, e para a alocação de bairros e distritos industriais, sendo quase que exclusivamente urbanos, sem contemplar questões de suma importância para a sustentabilidade local, como projetos de tratamento de lixo e esgoto, recursos hídricos, proteção de mananciais de interesse público, questões relacionadas à área rural como aptidão dos solos, estrutura viária rural, alocação de represas, sem se falar dos aspectos relacionados à cultura e ao lazer, tão importantes para a qualidade de vida local.

Dessa forma, a construção da Agenda 21 local nos municípios mostra-se de grande importância para o desenvolvimento sustentável local, pois ela parte da premissa de uma construção participativa junto aos atores sociais locais, onde os conflitos, que geralmente se procuram evitar, são enfim revelados, fazendo com que os problemas possam ser adequadamente diagnosticados, pois só assim um bom plano de ação pode ser traçado. O confronto de interesses é legítimo dentro de uma sociedade democrática, e é só a partir de sua legitimação pública que a sociedade poderá discutir políticas públicas para que abusos como os de poder econômico e político possam ser contornados. Como cita o documento final da Agenda 21 brasileira: “o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo de afirmação das diferenças nacionais, regionais e locais no interior da unidade mundial localizada”. (NOVAES, 2003).

Conclusão

O desenvolvimento sustentável apresenta-se hoje como uma importante alternativa as mazelas sociais e ambientais geradas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no mundo todo, que tornou o nosso modo de vida insustentável. Neste trabalho procurou-se discutir algumas possibilidades de mudança para esse quadro, com foco nas questões do dia-a-dia dos municípios, onde apontamos que o tratamento local dessas questões através de um processo de discussão democrático, que envolva a participação dos diferentes atores sociais locais, como propõe a construção das agendas 21 locais, mostra-se como uma excelente maneira de evidenciar os conflitos e de se alcançar esse objetivo. Para isso, mostra-se necessário que a sociedade civil se organize em torno de seus interesses, e conquiste uma participação ativa nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Referências bibliográficas

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

ALVES, F.J.C. et al. **Políticas territoriais e auto-sustentabilidade**: avaliação e propostas para a Bacia Hidrográfica Mogi-Guaçu. São Carlos: Projeto Temático UFSCar/FAPESP, 2000. Processo 00/02042-2.

BARQUEIRO, A.V. **Desarrollo, redes e innovación**: lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Ediciones Pirâmide, 1999.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec,

1996.

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência & tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio CDS/UnB/Abipti, 2000.

BLUME, R.; SCHNEIDER, S. Do território ao desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o crescente uso do conceito território frente às dinâmicas socioeconômicas contemporâneas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., Juiz de Fora, MG, 2003. **Artigos completos**. Juiz de Fora, 2003.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CAMARGO, A. Governança para o século 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 307-322.

CASTRO, M. C. Desenvolvimento sustentável: a genealogia de um novo paradigma. **Economia e Empresa**, São Paulo, v.3, n.3, p.22-32, jul./set. 1996.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p.153-176.

COMISSIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Division de Recursos Naturales y Energia. **Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestion integrada de cuencas**. Santiago de Chile: CEPAL, 1994. Documento elaborado para o 2º Congresso Latino-Americano de Bacias Hidrográficas, 1994, Mérida. LC/R. 1399.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina**. 2003. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JACOBS, J. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

LAYRARGUES, F. P. **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

LEFF, E. A geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: Martins, R.C., Valencio, N. F. L. S. (org.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.

v.2, p.1–20.

LEONARDI, M. L. A. A sociedade global e a questão ambiental. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 195-207.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MORIN, E. **Sociologie**. Paris: Fayard, 1994.

NOVAES, W. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 323-332.

ORTEGA, A. C. A relação rural-urbana na nova forma de governança estabelecida pelos comitês de bacias hidrográficas: o caso do comitê da bacia hidrográfica do rio Paranaíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36. 1998, Poços de Caldas, MG. **Anais...** Poços de Calda, MG, 1998.

RAMOS, P. Desenvolvimento, excedente, desperdício e desigualdade: a insustentabilidade de nosso modo de vida. In: Martins, R.C., Valencio, N. F. L. S. (org.) **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003. v.2, p. 35-52.

ROHDE, G. M. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 41-53.

SACHS, I. **ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **À la Recherche de Nouvelles Stratégies de Developpement Enjeux du Sommet Social**. Paris: UNESCO, 1995.

SILVA, K. de S. **Globalização e exclusão social**. Curitiba: Juruá, 2000.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 104-127.

VECCHIATTI, Karin. **Regiões Rurais Têm Futuro?** O diálogo entre economia, sociedade e natureza segundo Jane Jacobs. Dissertação de Mestrado – Procam, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

[1] Engenheiro Agrônomo, Doutorando em Engenharia de Produção, DEP/UFSCar, e-mail: danielbertoli@bol.com.br, bolsista FAPESP.

[2] Agenda 21 é um documento que se propõe a traduzir em ações o conceito de desenvolvimento sustentável. Foi preparada por uma comissão das Nações Unidas por dois anos, e aprovada na Rio-92. É um plano de ação global, nacional e local, que conta com 4 seções, 40 capítulos, 115 programas e aproximadamente 2500 ações a serem implementadas.

[3] A construção da Agenda 21 brasileira (nacional) teve seu início em 1992 e terminou em 2002, produzindo importantes documentos, onde se condensa a experiência de 40 mil participantes.

[4] É notório ressaltar que quando se objetiva reflexões sobre um tema polêmico como o desenvolvimento, que resguarda sobre si aspectos multifacetados da realidade da vida social, qualquer abordagem sempre parecerá limitada para dar conta da heterogeneidade analítica. E se associarmos a este outro termo, que também demanda de restrições como o território, no mínimo o pesquisador deve tomá-lo ciente das suas ressalvas, para não torná-lo um mero adjetivo sem importância que venha a reboque na palavra desenvolvimento.

O território, como conceito analítico, ressurge após um período de latência e passa a ser amplamente empregado no período recente. O seu uso tem substituído a noção geográfica de região, e passa cada vez mais a ser utilizado como uma nova forma para se pensar as relações da sociedade com a sua base - o espaço. (Blume & Schneider, 2003)